

## TUDO DEPENDE DO 2.045

Todas as negociações da dívida externa brasileira serão prejudicadas, caso não seja aprovado o Decreto-Lei 2.045, de autoria do Executivo, com mudança na Lei Salarial, garantiu o Ministro da Fazenda. "Sem abrir de mão de princípios, porém, o Governo está disposto a ampliar a Lei", ressaltou ele.

Galvêas afirmou que Governo está disposto a negociar sobre o mecanismo de reajustes semestrais automáticos, "caminhando para a negociação direta" entre patrões e empregados só em 1988.

Galvêas reconheceu que o déficit público — causado pelos gastos governamentais e pelos subsídios — pesa mais como pressão inflacionária do que os reajustes salariais atuais, mas frisou que estes "realimentam a inflação".

Para o Ministro, "a aprovação negociada do 2.045 é "fundamental" para a credibilidade externa e como demonstração de uma unidade interna em termos da decisão política no País". Galvêas admitiu que "talvez tenha faltado comunicação do Governo, ao encaminhar a questão":

— Muitas vezes o Governo se vê

pressionado a adotar medidas, sem muito esperar — afirmou. — De qualquer forma, o assunto agora é do conhecimento geral e a opinião pública tem a ocasião de se manifestar, como o Governo disposto a negociar. A proposta da revisão da Lei Salarial, segundo Galvêas, faz parte de um conjunto de medidas destinadas a combater a inflação. Foram, também, eliminados os subsídios, e elevadas as taxações sobre ganhos de capital e várias outras. Portanto, o Governo não pretende reduzir a inflação apenas às custas dos salários.

— É preciso compreender que o

2.045 é de suma importância para se viabilizar o programa de política econômica do Governo, que visa ao combate à inflação internamente. E, alcançada esta meta, preencher as condições para as negociações externas.

Galvêas ressaltou, ainda, que a queda da inflação é a única maneira de induzir o empresariado privado a realizar novos investimentos, e só assim criar novos empregos no País: — Ninguém investe em atividades produtivas com uma inflação de 170 por cento ao ano — disse o Ministro.